



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2025.

COMUNICAÇÃO: 244/2025

DECISÃO MONOCRÁTICA
MANDADO DE GARANTIA

PROCESSO: 370/2025

IMPETRANTE: Liga Desportiva de Mangaratiba

AUTORIDADE COATORA: Vice-Presidente de Competições da FERJ
– Dr. Marcelo Carlos do Nascimento Vianna

OBJETO: RDI nº 24/25 – Exclusão da equipe impetrante do Campeonato Estadual de Seleções Sub-17 – Fase Regional Costa Verde.

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Garantia impetrado pela Liga Desportiva de Mangaratiba, com fundamento no artigo 88 do CBJD, contra ato atribuído ao Vice-Presidente de Competições da FERJ, consubstanciado na RDI nº 24/25, que determinou a exclusão da impetrante da competição em epígrafe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sustenta a impetrante, em síntese, que a decisão da autoridade coatora carece de respaldo legal, porquanto se fundamenta em dispositivo (art. 15 do REC) que, na ótica da impetrante, não se aplicaria a ela por figurar como equipe visitante, e não local, como mencionado na resolução. Argumenta, ainda, pela ausência de contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

Todavia, ao compulsar os autos, constata-se, de início, que a matéria objeto da presente impetração demanda dilação probatória, principalmente quanto à veracidade e exatidão dos fatos narrados na súmula e no relatório de arbitragem, além da análise interpretativa das disposições regulamentares e sua aplicação ao caso concreto.

Conforme reiteradamente decidido por esta Justiça Desportiva, o Mandado de Garantia é cabível apenas para a proteção de direito líquido e certo, cuja existência seja comprovável de plano, sem necessidade de instrução probatória. Situações que envolvem controvérsia fática ou exigem análise detalhada de documentos e testemunhos devem ser discutidas por meio das vias processuais ordinárias previstas no CBJD.

Ademais, somente a título de argumentação, cumpre esclarecer que houve erro material na transcrição do artigo 15 do REC na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

própria RDI nº 24/25, conforme apontado. A resolução menciona que a sanção de eliminação se aplicaria à equipe local, quando, de fato, o texto correto do artigo dispõe de forma mais ampla, alcançando qualquer dirigente, valendo a transcrição, *in verbis*:

A invasão de campo por dirigentes da equipe local OU VISITANTE, assim como qualquer agressão tentada ou consumada à delegação visitante, membros da equipe de arbitragem ou representantes da FERJ, praticada antes, durante ou após a realização da partida, determinará a eliminação automática da competição da seleção da respectiva Liga Municipal infratora. (grifei).

Portanto, o argumento central da impetração – qual seja, a suposta inaplicabilidade da sanção por se tratar de equipe visitante – resta prejudicado, haja vista a aplicação correta do dispositivo em sua literalidade.

Por fim, quanto à alegada ausência de contraditório e ampla defesa, cumpre esclarecer que a eventual responsabilização individual dos envolvidos poderá ser apurada em sede processual própria perante este TJD, conforme previsto no CBJD, o que afasta qualquer nulidade automática do ato ora impugnado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ante o exposto, com fulcro no artigo 88, § único, e artigo 93 do CBJD, **INDEFIRO A LIMINAR E NEGÓ A CONCESSÃO DA GARANTIA** requerida no presente Mandado de Garantia, por ausência de direito líquido e certo e pela incompatibilidade da via eleita com a necessária instrução probatória.

Publique-se. Intime-se.

Dilson Neves Chagas
Presidente TJD/RJ